



DISPENSA Nº 004/2026

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE PIRANHAS-PB, por meio do setor de licitação, com representante designado pela portaria anexa aos autos, torna público aos interessados que realizará **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL** para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DIGITALIZAÇÃO, INDEXAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E TRATAMENTO DE DOCUMENTOS FÍSICOS, COM CONVERSÃO PARA FORMATO DIGITAL PESQUISÁVEL (OCR), BEM COMO IMPLANTAÇÃO, LICENCIAMENTO, MANUTENÇÃO E SUPORTE DE SISTEMA DE GESTÃO ELETRÔNICA DE DOCUMENTOS (GED) EM AMBIENTE DE NUVEM, CONTEMPLANDO FUNCIONALIDADES DE ARMAZENAMENTO, GERENCIAMENTO, CONTROLE DE ACESSO, PROTOCOLO E TRAMITAÇÃO ELETRÔNICA DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, ASSINATURA DIGITAL, SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO PATRIMONIAL, VISANDO À MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, ORGANIZAÇÃO, RASTREABILIDADE E PRESERVAÇÃO DO ACERVO DOCUMENTAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE PIRANHAS – PB, BEM COMO DISPONIBILIZAÇÃO DE APLICATIVO MÓVEL INTEGRADO, VISANDO AMPLIAR O ACESSO, A MOBILIDADE E A EFICIÊNCIA NA GESTÃO E CONSULTA DAS INFORMAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE PIRANHAS -PB** com fundamento legal no art. 75, inciso II da Lei 14.133/2021, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, bem como as exigências estabelecidas neste Edital, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

DATA LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTAS	DIA 28 DE MAIO DE 2026, ATE ÀS 12:00, HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF
DATA E HORÁRIO DE ABERTURA PROPOSTAS	28 DE MAIO DE 2026, ÀS 14H00MIN, HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF
LOCAL PARA O RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS e ABERTURA DAS PROPOSTAS	CÂMARA MUNICIPAL, RUA INÁCIO DE LIRA, CENTRO, SÃO JOSÉ DE PIRANHAS-PB.
SITE DE ACESSO AO EDITAL E E:MAIL PARA DUVIDAS E INFORMAÇÕES	cmsaojosedepiranhas.pb.gov.br e secretaria.camara.sjp@gmail.com

1. DO OBJETO:

1.1. A presente dispensa de licitação tem como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DIGITALIZAÇÃO, INDEXAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E TRATAMENTO DE DOCUMENTOS FÍSICOS, COM CONVERSÃO PARA FORMATO DIGITAL PESQUISÁVEL (OCR), BEM COMO IMPLANTAÇÃO, LICENCIAMENTO, MANUTENÇÃO E SUPORTE DE SISTEMA DE GESTÃO ELETRÔNICA DE DOCUMENTOS (GED) EM AMBIENTE DE NUVEM, CONTEMPLANDO FUNCIONALIDADES DE ARMAZENAMENTO, GERENCIAMENTO, CONTROLE DE ACESSO, PROTOCOLO E TRAMITAÇÃO ELETRÔNICA DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, ASSINATURA DIGITAL, SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO PATRIMONIAL, VISANDO À MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, ORGANIZAÇÃO, RASTREABILIDADE E PRESERVAÇÃO DO ACERVO DOCUMENTAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE PIRANHAS – PB, BEM COMO DISPONIBILIZAÇÃO DE APLICATIVO MÓVEL INTEGRADO, VISANDO AMPLIAR O ACESSO, A MOBILIDADE E A EFICIÊNCIA NA GESTÃO E CONSULTA DAS INFORMAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE PIRANHAS -PB.**

1.2. As especificações do objeto ora licitado encontram-se devidamente detalhadas no correspondente Termo de Referência - Anexo I deste instrumento.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço por global, considerado o menor dispêndio para a Administração, nos termos do art. 34 da Lei nº 14.133/2021, e observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DOS ELEMENTOS PARA DISPENSA DE LICITAÇÃO:

2.1. Aos participantes serão fornecidos os seguintes elementos que integram este Edital para todos os fins e efeitos:

- 2.1.1. ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA – ESPECIFICAÇÕES;
- 2.1.2. ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS;
- 2.1.3. ANEXO III - MINUTA DO CONTRATO.

3. DO SUPORTE LEGAL:

3.1. Esta Dispensa de Licitação reger-se-á pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, na Lei Complementar Federal nº 123/06, decreto municipal, e legislações pertinentes, consideradas as alterações posteriores das referidas normas, que ficam fazendo partes integrantes deste Edital, independente de transcrição.



4. DO PRAZO E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

4.1. O prazo máximo para a execução do objeto ora licitado, conforme suas características e as necessidades da CÂMARA Municipal de SÃO JOSÉ DE PIRANHAS/PB, está abaixo indicado e será considerado a partir do contrato:

- Início: Imediato
- Conclusão: 12(doze) meses a contar da assinatura do contrato.

4.2. O serviço será executado de acordo com as especificações definidas no correspondente Termo de Referência - Anexo I.

4.3. O prazo de vigência do correspondente contrato será determinado por 12(doze) meses a contar da assinatura do contrato, prorrogável na forma da Lei nº 14.133/2021, em especial ao art. 107 da mesma lei.

4.4. Recursos Próprios do Câmara Municipal de São José de Piranhas, para o exercício no ano de 2026. Essas despesas fazem parte do Plano Plurianual de Despesas do município. O pagamento correrá por conta do orçamento vigente:

Recursos Próprios da Câmara Municipal de São José de Piranhas e outros – Orçamento 2026;

3.3.90.39.01 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA

Havendo o devido apostilamento para o ano de 2027, período de vigência do presente contrato que será maior do este exercício financeiro

5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

5.1. Poderão participar todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto desta dispensa que preencherem todas as exigências e condições estabelecidas neste Edital e Termo de Referência, bem como comprovem sua qualificação mediante a apresentação da documentação exigida.

5.1.1. A participação na presente dispensa se dará mediante protocolo exclusivamente presencial da proposta e caso assim deseje da regularidade e dois envelopes distintos e identificados conforme abaixo para processo de dispensa na sede da CÂMARA, no setor de licitações, até a data limite citada no preâmbulo deste edital (1º pagina)

5.1.2. Os concorrentes deverão atender aos procedimentos previstos neste instrumento convocatório

5.2. Não poderão participar desta dispensa:

- I. Empresas que não atendam às condições deste Aviso de Dispensa de Licitação e seu(s) anexo(s);
- II. Empresa declarada inidônea por qualquer Órgão da Administração Pública direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar;
- III. Empresas impedidas de licitar ou contratar com a Administração Pública;
- IV. Servidor de qualquer órgão ou Entidade vinculada ao órgão promotor da dispensa, bem assim a empresa da qual tal servidor seja sócio, dirigente ou responsável técnico;
- V. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- VI. Empresas que se enquadrem nas vedações previstas nos artigos 9º e 14 da Lei nº 14.133/2021;
- VII. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

6. DO INGRESSO NA DISPENSA E DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA:

6.1. O ingresso do prestador na disputa da dispensa se dará mediante protocolo da Proposta de Preço EM ENVELOPE LACRADO na sede da CPL municipal, seguindo os serviços planilhados no anexo I deste edital. Sendo apresentado contendo a identificação Razão Social, CNPJ e "PROPOSTA DE PREÇO".

6.1.1. A apresentação, do protocolo presencialmente, na sede da CPL, quando a empresa assim desejar dos envelopes da proposta e da habilitação, devem ser em envelopes identificados conforme modelo:

a) envelope contendo os documentos relativos à Proposta de Preço:

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE PIRANHAS - ESTADO DA PARAÍBA
DISPENSA DE VALOR 004/2026
LICITANTE: _____, CNPJ n _____
ENVELOPE - PROPOSTA DE PREÇO

b) envelope contendo os Documentos de Habilitação:

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE PIRANHAS - ESTADO DA PARAÍBA
DISPENSA DE VALOR 004/2026
LICITANTE: _____, CNPJ n _____
ENVELOPE - DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO



6.2. A proposta de preços deverá ser apresentada na forma do Anexo II deste Edital, redigida em papel timbrado do interessado, de maneira clara e inequívoca, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, em estrita observância às especificações contidas neste Edital, assinada na última folha e rubricada nas demais pelo seu titular ou representante legal, devidamente identificado, nela constando, obrigatoriamente:

- a) Razão Social, CNPJ, Endereço, Telefone;
- b) Preços de acordo com os praticados no mercado, só reajustáveis na forma da lei, com valores expressos em moeda corrente nacional (R\$). Ocorrendo divergência entre o preço em algarismo e o expresso por extenso, será levado em conta este último;
- c) Prazo de validade de proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação, sendo facultado aos proponentes estender tal validade por prazo superior.

6.3. A proposta compreende a integralidade de todos os custos, inclusive para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

6.4. A proposta de preço apresentada deverá incluir todas e quaisquer despesas necessárias para a execução do objeto desta Dispensa de Licitação, devendo o preço ofertado corresponder rigorosamente às especificações do objeto, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços.

6.5. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

6.6. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

6.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos.

6.8. A proposta de preços que não estiver em consonância com as exigências deste Edital será desconsiderada julgando-se pela desclassificação.

6.9. Os preços ofertados não poderão exceder os valores unitários, constantes neste Edital, devendo obedecer ao valor estipulado pela administração.

6.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DO PRAZO E ENVIO DA PROPOSTA:

7.1. A presente DISPENSA ficará ABERTA POR UM PERÍODO DE 3 (TRÊS) DIAS ÚTEIS, a partir da data de publicação do AVISO DE PRETENZA CONTRATAÇÃO DIRETA.

7.1.1. Limite para apresentação da Proposta de Preços: **28/05/2026, até as 12h00min.**

7.2. O prestador de serviço interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará a CÂMARA municipal mediante protocolo, sediada na Rua Inácio de Lira, Centro, SÃO JOSÉ DE PIRANHAS/PB, a respectiva proposta de preço e os documentos de habilitação, preferencialmente fazendo referência ao EDITAL DE DISPENSA Nº 004/2026, conforme ANEXO deste edital.

7.2.1. A empresa provisoriamente classificada em primeiro lugar, por razão de não ter enviado os documentos relativos à habilitação junto com a proposta de preços, terá um prazo de 24 (vinte e quatro) horas para encaminhá-los, via e-mail ou entregue mediante protocolo no Departamento de Licitação, a contar da publicação do resultado.

7.3. Uma vez enviada ou protocolada a proposta de preço, os prestadores de serviço NÃO poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;

7.4. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para o fim do recebimento da proposta, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação do resultado, no Sítio Eletrônico da CÂMARA Municipal.

Obs.: Após abertura dos envelopes de propostas e verificado caso de empate entre os participantes devidamente cadastrados no processo, será realizado sorteio entre os de valores iguais, sendo identificados cada licitante por letra, ex: Licitante A, licitante B e assim sucessivamente. O sorteio será realizado colocando as identificações de cada licitante individual em um papel em branco, sem quaisquer meios que possa direcionar ou beneficiar nenhum dos participantes. O mesmo será filmado para demonstrar a lisura do processo e garantir a igualdade entre os todos.

8. DA HABILITAÇÃO:

8.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Agente de Contratação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente



quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao seguinte cadastro:

- 8.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP;
- 8.1.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça;
- 8.1.3. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;
- 8.1.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

- 8.1.4.1. Caso conste na Consulta de Situação do CONTRATADO a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligência para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas;
- 8.1.4.2. A tentativa de burla poderá ser verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;
- 8.1.4.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação
- 8.1.4.4. Constatada a existência de sanção, como empresa inidônea, impedida de contratar com o órgão que realiza a licitação, e de sanções acima expostas, o Agente de Contratação reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.2. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

8.2.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA - Para fins de habilitação jurídica, os interessados deverão apresentar os seguintes documentos sob pena de desclassificação da não apresentação do mesmo:

- 8.2.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.2.1.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja verificação da autenticidade poderá ocorrer, no caso de dúvida, no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 8.2.1.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores (RG, procuração e outros pertinentes, que caracterizem a pessoa indicada como administrador. No caso societário em que todos forem administradores, será considerado a juntada de um dos sócios, onde será este considerado como representante da empresa naquela oportunidade);
- 8.2.1.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 8.2.1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 8.2.1.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
 - 8.2.1.6.1. Deverá ser ainda juntada ata que comprove o nome do presidente, ou representante da entidade, atualizado na época da licitação.
- 8.2.1.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- 8.2.1.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

8.2.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA - Para fins de habilitação reativa à regularidade fiscal social e trabalhista, os interessados deverão apresentar os seguintes documentos sob pena de inabilitação da não apresentação do mesmo, em conformidade ao disposto no Art. 68, da Lei Federal nº 14.133, de 21 de abril de 2021:

- 8.2.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;
- 8.2.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.



- 8.2.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.2.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;
- 8.2.2.5. Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;
- 8.2.2.6. Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;
- 8.2.2.7. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação, ainda que assegurado o prazo para apresentação de certidões válidas;
- 8.2.2.8. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital;
 - 8.2.2.8.1. Todavia, a não apresentação das certidões, mesmo caso ME/EPP a tornará inabilitada.
- 8.2.2.9. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.2.3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA - Para fins de habilitação reativa da Qualificação econômico-financeira, conforme disposto no Art. 69, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, os interessados deverão apresentar os seguintes documentos sob pena de inabilitação da não apresentação do mesmo, em conformidade ao disposto no Art. 68, da Lei Federal nº 14.133, de 21 de abril de 2021:

- 8.2.3.1. Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101/2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;
- 8.2.3.2. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

8.2.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - Para fins de habilitação relativo à Qualificação Técnica, os interessados deverão apresentar os seguintes documentos sob pena de inabilitação da não apresentação do mesmo, em conformidade ao disposto no Art. 67, da Lei Federal nº 14.133, de 21 de abril de 2021.

- 8.2.4.1. Comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação – Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.

8.2.5. DOCUMENTAÇÕES COMPLEMENTARES - Para fins de habilitação os interessados deverão apresentar os seguintes documentos complementares sob pena de inabilitação da não apresentação do mesmo:

- 8.2.5.1. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica expedida pelo Tribunal de Contas da União, no máximo 30 (trinta) dias da data prevista para abertura das propostas, no endereço eletrônico: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>
- 8.2.5.2. Declaração de que está ciente e concorda com as condições contidas neste Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no referido documento, para todos os efeitos legais, sob pena de aplicação das sanções cabíveis;
- 8.2.5.3. Declaração da própria empresa de que não possui em seu quadro de pessoal e societário, servidor público do Poder Executivo Municipal exercendo funções de gerência ou administração, ou servidor do Órgão/Entidade contratante em qualquer função, nos termos do Artigo 9º, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 8.2.5.4. Declaração de que não há sanções vigentes que legalmente proíbam a participante de licitar e/ou contratar com o Órgão/Entidade contratante;
- 8.2.5.5. Declaração para fins do disposto no Inciso VI, Artigo 68, da Lei nº 14.133/2021, que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do Inciso XXXIII, do Artigo 7º, da Constituição Federal;



- 8.2.5.6. Declaração de que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos Incisos III e IV do Artigo 1º e no Inciso III, do Artigo 5º, da Constituição Federal, bem como no Artigo 14, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021;
- 8.2.5.7. Declaração da empresa de que esta não foi declarada inidônea para contratar com o poder público, nos termos do Inciso IV, do Artigo 156, da Lei Federal 14.133/2021;

8.2.6. DOCUMENTAÇÕES COMPLEMENTARES, EXEGÍVEIS NOS TERMOS DA LC Nº 123/2006 - Comprovação de que o licitante se enquadra nos termos do Art. 3º da Lei 123/06, se for o caso, sendo considerado microempresa ou empresa de pequeno porte e recebendo, portanto, tratamento diferenciado e simplificando na forma definida pela legislação vigente. Tal comprovação poderá ser feita através da apresentação de qualquer um dos seguintes documentos, a critério do licitante:

- 8.2.6.1. Declaração expressa formalmente assinada por profissional da área contábil, devidamente habilitado, de que é ME, EPP ou MEI e não se encontra em nenhuma das situações do § 4º, Artigo 3º, da Lei Complementar Federal nº 123/2006 e está apto a usufruir do tratamento estabelecido no Artigo 43, da Lei Complementar Federal nº 123/2006;
- 8.2.6.2. Certidão simplificada emitida pela junta comercial da sede do licitante ou equivalente, na forma da legislação pertinente.

9. DO PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo Contratante, através da Nota de Empenho, mediante emissão de Nota Fiscal e a tramitação do Processo para instrução e liquidação, para ocorrer no prazo de trinta dias, de forma mensal, após os serviços prestados, sem qualquer forma de reajuste, sem ônus de frete, carga ou descarga, via sistema bancário.

9.1. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

9.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, sendo esta entrega de responsabilidade da empresa contratada.

9.3.1. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

9.3.2. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.3.3. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

9.3.4. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação de habilitação.

9.3.4.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

9.4. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.4.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

9.6. Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao objeto licitado (art. 145, caput da Lei nº 14.133/2021).

10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

10.1. O procedimento será divulgado no Sítio Eletrônico da CÂMARA.



10.2. O agente de contratação poderá verificar a autenticidade da documentação obrigatória, constante no item 8 deste Edital, mediante consulta, nos sítios oficiais, na base de dados dos órgãos e entidades emissores de certidões, constituindo a verificação meio legal de prova, para fins de habilitação.

10.2.1. Se a documentação de habilitação não estiver completa e regular ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus anexos, a participante será desclassificada, convocando-se a próxima colocada.

10.2.2. No caso de todos os CONTRATADOS restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a CÂMARA Municipal poderá:

10.2.2.1. Republicar o presente aviso com uma nova data;

10.2.2.2. Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas;

10.2.2.3. Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso;

10.3. As providências dos subitens **10.2.2** poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer prestadores de serviço interessados (procedimento deserto).

10.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos CONTRATADOS, cujo prazo não conste deste Aviso de Dispensa, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da CÂMARA Municipal na respectiva notificação.

10.5. No julgamento das propostas e da habilitação, a CÂMARA Municipal poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.6. Poderá a CÂMARA Municipal revogar o presente Edital da Dispensa de Licitação, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado.

10.7. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da CÂMARA Municipal, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

10.8. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Dispensa a e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso

10.9. A CÂMARA Municipal deverá anular o presente Edital da Dispensa, no todo ou em parte, sempre que acontecer ilegalidade, de ofício ou por provocação.

10.10. A anulação do procedimento de Dispensa, não gera direito à indenização, ressalvada o disposto no parágrafo único do art. 71 da Lei Federal nº 14.133/21.

10.11. Após a fase de classificação das propostas, não cabe desistência da mesma, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela CÂMARA Municipal.

10.12. A empresa não poderá alegar como justificativa para se eximir das obrigações assumidas, o desconhecimento das condições para participação desta Dispensa de Licitação.

10.13. A apresentação de proposta pressupõe o pleno conhecimento, atendimento e aceitação integral e irretroatável, por parte do INTERESSADO, das exigências e condições estabelecidas neste Edital e Termo de Referência.

SÃO JOSÉ DE PIRANHAS - PB, 25 de maio de 2026.

MARIA DE FÁTIMA DOS SANTOS SILVA
Diretor Interno de Licitação



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO E PRAZO DO CONTRATO.

1.1. **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DIGITALIZAÇÃO, INDEXAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E TRATAMENTO DE DOCUMENTOS FÍSICOS, COM CONVERSÃO PARA FORMATO DIGITAL PESQUISÁVEL (OCR), BEM COMO IMPLANTAÇÃO, LICENCIAMENTO, MANUTENÇÃO E SUPORTE DE SISTEMA DE GESTÃO ELETRÔNICA DE DOCUMENTOS (GED) EM AMBIENTE DE NUVEM, CONTEMPLANDO FUNCIONALIDADES DE ARMAZENAMENTO, GERENCIAMENTO, CONTROLE DE ACESSO, PROTOCOLO E TRAMITAÇÃO ELETRÔNICA DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, ASSINATURA DIGITAL, SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO PATRIMONIAL, VISANDO À MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, ORGANIZAÇÃO, RASTREABILIDADE E PRESERVAÇÃO DO ACERVO DOCUMENTAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE PIRANHAS – PB, BEM COMO DISPONIBILIZAÇÃO DE APLICATIVO MÓVEL INTEGRADO, VISANDO AMPLIAR O ACESSO, A MOBILIDADE E A EFICIÊNCIA NA GESTÃO E CONSULTA DAS INFORMAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE PIRANHAS -PB, conforme natureza, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:**

ITEM	DESCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	V. UNITARIO/ ESTIMADO	V. TOTAL ESTIMADO
1	<p>Os serviços a serem executados de acordo com a descrição abaixo:</p> <ul style="list-style-type: none">I – DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS FÍSICOS, INCLUINDO PROCESSOS LICITATÓRIOS E DOCUMENTOS CONTÁBEIS, COM CONVERSÃO PARA FORMATO DIGITAL PDF PESQUISÁVEL (OCR), ABRANGENDO O PERÍODO DE 2020 A 2026;II – EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PREPARAÇÃO, ESCANEAMENTO E TRATAMENTO DE IMAGENS, GARANTINDO QUALIDADE, LEGIBILIDADE E PADRONIZAÇÃO DOS ARQUIVOS DIGITAIS;III – INDEXAÇÃO ELETRÔNICA DOS DOCUMENTOS DIGITALIZADOS, MEDIANTE DEFINIÇÃO DE CAMPOS INDEXADORES, VISANDO FACILITAR A LOCALIZAÇÃO, RECUPERAÇÃO E GERENCIAMENTO DAS INFORMAÇÕES;IV – ORGANIZAÇÃO E CATALOGAÇÃO DO ACERVO FÍSICO APÓS DIGITALIZAÇÃO, COM IDENTIFICAÇÃO E REFERÊNCIA CRUZADA ENTRE OS DOCUMENTOS FÍSICOS E DIGITAIS;V – DISPONIBILIZAÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO ELETRÔNICA DE DOCUMENTOS (GED) EM AMBIENTE DE NUVEM, CONTEMPLANDO ARMAZENAMENTO, GERENCIAMENTO, CONTROLE DE ACESSO, CONSULTA E RECUPERAÇÃO DOS DOCUMENTOS DIGITALIZADOS;VI – IMPLANTAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, TREINAMENTO DE USUÁRIOS, SUPORTE TÉCNICO E MANUTENÇÃO CONTINUADA DO SISTEMA GED;VII – FORNECIMENTO DE INFRAESTRUTURA DE ARMAZENAMENTO EM NUVEM COMPATÍVEL COM O VOLUME DE DOCUMENTOS DIGITALIZADOS, GARANTINDO SEGURANÇA, INTEGRIDADE E DISPONIBILIDADE DAS INFORMAÇÕES.VIII – PERMITIR A CRIAÇÃO, REGISTRO, TRAMITAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE PROTOCOLOS E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS INTERNOS EM MEIO ELETRÔNICO, CONTEMPLANDO FUNCIONALIDADES DE AUTUAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MOVIMENTAÇÃO, CONTROLE DE PRAZOS, ENVIO ENTRE SETORES, HISTÓRICO DE TRAMITAÇÃO E NOTIFICAÇÕES AUTOMATIZADAS, GARANTINDO RASTREABILIDADE, TRANSPARÊNCIA E SEGURANÇA DAS INFORMAÇÕES.IX - POSSIBILITAR A IMPLEMENTAÇÃO DE MECANISMO DE ASSINATURA ELETRÔNICA, MEDIANTE UTILIZAÇÃO DE CERTIFICADO DIGITAL EMITIDO POR AUTORIDADE CERTIFICADORA CREDENCIADA, EM CONFORMIDADE COM A INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA (ICP-BRASIL), GARANTINDO AUTENTICIDADE, INTEGRIDADE E VALIDADE JURÍDICA AOS DOCUMENTOS.X - ASSEGURAR A REALIZAÇÃO DE CONSULTAS CÉLERES E EFICIENTES AOS DOCUMENTOS ARMAZENADOS, POR MEIO DE MÚLTIPLOS CRITÉRIOS DE PESQUISA, INCLUINDO PALAVRAS-CHAVE, METADADOS INDEXADOS E QUAISQUER OUTRAS INFORMAÇÕES CONSTANTES NO CADASTRO DOCUMENTAL.XI - PERMITIR O ARMAZENAMENTO E A GESTÃO DE DOCUMENTOS EM FORMATO PDF PESQUISÁVEL (OCR), EM ESTRITA CONFORMIDADE COM AS NORMAS, DIRETRIZES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA (TCE-PB).XII - PERMITIR O REGISTRO, TOMBAMENTO, CATALOGAÇÃO E GERENCIAMENTO DE BENS PATRIMONIAIS DA CÂMARA MUNICIPAL, INCLUINDO A IDENTIFICAÇÃO INDIVIDUALIZADA DOS ITENS, CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIAS, LOCALIZAÇÃO FÍSICA, ESTADO DE CONSERVAÇÃO, RESPONSÁVEL PELO USO E DEMAIS INFORMAÇÕES PERTINENTES, POSSIBILITANDO O CONTROLE, ATUALIZAÇÃO, INVENTÁRIO E RASTREABILIDADE DESTES BENS.XIII - DISPONIBILIZAÇÃO DE APLICATIVO MÓVEL COMPATÍVEL COM OS SISTEMAS OPERACIONAIS ANDROID E IOS, INTEGRADO AO SISTEMA CONTRATADO, CONTEMPLANDO INTEGRALMENTE SUAS FUNCIONALIDADES, PERMITINDO O ACESSO, CONSULTA, GERENCIAMENTO E TRAMITAÇÃO DE DOCUMENTOS E PROCESSOS ELETRÔNICOS, BEM COMO A EXECUÇÃO DE ATIVIDADES RELACIONADAS À GESTÃO ELETRÔNICA DE DOCUMENTOS (GED), CONTROLE PATRIMONIAL (TOMBAMENTO DE BENS), RASTREABILIDADE, ARMAZENAMENTO, INDEXAÇÃO, PROTOCOLO, CONTROLE DE ACESSO, ASSINATURA ELETRÔNICA E DEMAIS FUNCIONALIDADES DISPONIBILIZADAS NA VERSÃO DESKTOP, OBSERVADOS OS NÍVEIS DE PERMISSÃO E AS POLÍTICAS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO.	MÊS	12	R\$ 3.913,33	R\$ 46.959,96
Total Estimado de: Quarenta e seis mil novecentos e cinquenta e nove reais e noventa e seis centavos					R\$ 46.959,96



1.2. Os documentos auxiliares e os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços de referência, nos termos do artigo 23 da Lei nº 14.133/2021, constam dos autos do processo de Dispensa.

1.3. O objeto a ser contratado é de natureza comum, nos termos do parágrafo único, do artigo 75º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

1.4. Realizadas pesquisas através de meio eletrônico, os valores foram obtidos de acordo com banco de preços <https://www.acotacao.com.br>, assim como preceitua a nova Lei 14.133.

1.5. O prazo de vigência do contrato é de **12 (doze) meses, a contar da assinatura do contrato**, com data expressa em contrato, prorrogável na forma da Lei nº 14.133/2021, em especial ao art. 107 da mesma lei.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO.

A presente contratação tem como objetivo a modernização da gestão documental da Câmara Municipal de São José de Piranhas – PB, por meio da digitalização, indexação, organização e tratamento de documentos físicos, com conversão para formato digital pesquisável (OCR), bem como a implantação de sistema de Gestão Eletrônica de Documentos (GED) em ambiente de nuvem.

Atualmente, o acervo documental da Câmara encontra-se, em grande parte, armazenado em meio físico, o que dificulta o acesso rápido às informações, compromete a eficiência administrativa e aumenta os riscos de extravio, deterioração e perda de documentos. Além disso, a tramitação de processos predominantemente manual torna os fluxos internos mais lentos, suscetíveis a falhas e com baixa rastreabilidade.

Nesse contexto, a contratação de empresa especializada justifica-se pela necessidade de:

- Promover a **transformação digital** dos processos administrativos, com a substituição gradual de documentos físicos por digitais;
- Garantir maior **eficiência, celeridade e transparência** na tramitação de processos;
- Possibilitar a **recuperação rápida e segura de informações**, por meio de indexação e uso de tecnologia OCR;
- Assegurar a **preservação do acervo documental**, reduzindo riscos de danos físicos e perdas irreparáveis;
- Implementar mecanismos de **controle de acesso e segurança da informação**, protegendo dados institucionais sensíveis;
- Atender às boas práticas de governança e às diretrizes legais relacionadas à gestão documental e acesso à informação;
- Reduzir custos operacionais a médio e longo prazo com armazenamento físico, impressão e logística documental.
- A adoção de sistema GED em ambiente de nuvem permitirá ainda maior escalabilidade, disponibilidade e segurança, além de viabilizar o acesso remoto aos documentos e processos administrativos, inclusive por meio de aplicativo móvel integrado, ampliando a mobilidade dos servidores e gestores.
- Adicionalmente, a solução contemplará funcionalidades essenciais como protocolo eletrônico, tramitação digital de processos, assinatura digital e gestão patrimonial, promovendo integração e padronização dos fluxos administrativos.
- Dessa forma, a contratação alinha-se aos princípios da administração pública, especialmente os da **eficiência, economicidade, transparência e modernização**, contribuindo significativamente para a melhoria da prestação dos serviços públicos e para o fortalecimento da gestão institucional da Câmara Municipal de São José de Piranhas – PB.
- Por fim, destaca-se que a presente contratação encontra respaldo na **Lei nº 14.133/2021**, que incentiva o planejamento, a inovação e a adoção de soluções tecnológicas que promovam maior eficiência nas contratações públicas.

Considerando que a Câmara não dispõe de estrutura técnica própria especializada para executar tais serviços com a complexidade exigida, torna-se necessária a contratação de empresa especializada.

Dessa forma, a contratação visa fortalecer os mecanismos de controle interno, reduzir riscos operacionais e proporcionar maior segurança à gestão pública, atendendo às exigências dos órgãos de controle externo e à legislação vigente.

3. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO CONTRATADO.

3.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

3.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo CONTRATADO estão previstos no edital.

3.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo CONTRATADO serão de acordo com o descrito neste edital e Termo de Referência.

4. DA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

4.1. O prazo para a realização dos serviços é imediato após a assinatura do contrato conforme solicitado pela CONTRATANTE, em conformidade com o este Termo de Referência.

4.2 A realização dos serviços deve ser executados juntos a esta CASA, de acordo com o pedido sempre que solicitado pela CONTRATANTE;

4.3 Podendo a CONTRATANTE solicitar a CONTRATADA a execução dos serviços sejam realizadas na sede desta CASA.



- 4.4 Realizar os serviços de acordo com termo de referência, arcando com qualquer custo advindo do transporte, equipamentos e quaisquer gastos relativo ao procedimento da realização dos serviços.
- 4.5 A empresa ficara responsável pela garantia de não vazamento sob pena de penalidades dos dados e informações
- 4.6 O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico, fiscal administrativo, fiscal setorial ou equipe de fiscalização, em consonância com as suas atribuições, contendo o registro, de ocorrências na execução do contrato, quando necessário, e demais documentos que julgarem necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 4.7 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.
- 4.8 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo estipulado de acordo com o caso concreto, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 4.9 A aceitação ao não dos serviços não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

- 5.1 São obrigações da Contratante:
- 5.2 Efetuar o pagamento na forma convencionada no presente instrumento, dentro do prazo previsto, desde que atendidas às formalidades pactuadas;
- 5.3 Disponibilizar os documentos físicos a serem digitalizados, devidamente organizados ou conforme cronograma acordado.
- 5.4 Fornecer informações, regras e padrões necessários à indexação e organização documental.
- 5.5 Aprovar parâmetros, layouts e fluxos do sistema GED
- 5.6 Designar servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato;
- 5.7 Efetuar o pagamento na forma e prazo estabelecidos no contrato;
- 5.8 Comunicar formalmente quaisquer inconsistências identificadas;
- 5.9 Garantir acesso às informações necessárias para atualização do portal;
- 5.10 Colaborar com a CONTRATADA no envio tempestivo dos dados a serem publicados.
- 5.11 Notificar ao Contratado qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades contratuais e legais;
- 5.12 Acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar os serviços objeto deste Contrato através de servidor indicado para esse fim, notificando ao Contratado qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades contratuais e legais;
- 5.13 Aplicar à CONTRATADA as penalidades regulamentares e contratuais cabíveis;
- 5.14 A contratante poderá adquirir os itens separadamente e em épocas distintas, não sendo realizada aquisição imediata.
- 5.15 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente após a realização dos serviços, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos, observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021;
- 5.16 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

Executar os serviços de acordo com o termo de referência;

- 6.1 Executar os serviços em estrita conformidade com as disposições constantes neste Termo de Referência e na proposta apresentada.
- 6.2 Disponibilizar o sistema de Gestão Eletrônica de Documentos (GED) em ambiente de nuvem, garantindo seu pleno funcionamento, bem como prestar serviços de suporte técnico e manutenção corretiva e evolutiva em dias úteis, durante o horário comercial.
- 6.3 Garantir a disponibilidade do sistema em regime contínuo (24 horas por dia, 7 dias por semana), ressalvadas eventuais paradas programadas previamente comunicadas à CONTRATANTE.
- 6.4 Arcar integralmente com todos os custos necessários à execução dos serviços, incluindo mão de obra, transporte, equipamentos, licenças, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e quaisquer outras despesas decorrentes da execução contratual.
- 6.5 Executar os serviços de digitalização, indexação, organização documental e implantação do sistema GED conforme cronograma definido pela CONTRATANTE.
- 6.6 Disponibilizar, sempre que necessário e mediante solicitação da CONTRATANTE, equipe técnica para execução de atividades presenciais na sede da Câmara Municipal.
- 6.7 Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato.
- 6.8 Realizar a digitalização dos documentos com garantia de qualidade, legibilidade, integridade e fidelidade ao original, incluindo aplicação de tecnologia OCR para geração de arquivos pesquisáveis.
- 6.9 Executar a indexação dos documentos digitalizados conforme critérios definidos pela CONTRATANTE, assegurando eficiência na busca, recuperação e gerenciamento das informações.
- 6.10 Proceder à organização e catalogação do acervo físico, garantindo sua adequada identificação e correlação com os documentos digitais.
- 6.11 Implantar, configurar e disponibilizar o sistema GED, incluindo treinamento dos usuários indicados pela CONTRATANTE.



- 6.12 Disponibilizar sistema com funcionalidades de protocolo e tramitação eletrônica de processos, assegurando controle, rastreabilidade e acompanhamento das movimentações internas.
- 6.13 Disponibilizar módulo de gestão patrimonial para registro, tombamento, catalogação e controle de bens da Câmara Municipal.
- 6.14 Manter suporte técnico contínuo, com atendimento em prazos compatíveis com a criticidade da demanda.
- 6.15 Realizar atualizações do sistema sempre que necessárias, especialmente em decorrência de alterações legais, normativas ou tecnológicas.
- 6.16 Garantir a realização de backup periódico dos dados, bem como a integridade, disponibilidade e recuperação das informações armazenadas.
- 6.17 Assegurar a segurança da informação no âmbito da solução fornecida, incluindo mecanismos de controle de acesso, rastreabilidade, proteção contra perda, alteração indevida e vazamento de dados, no limite das responsabilidades técnicas da CONTRATADA. Parágrafo único. A CONTRATADA não será responsabilizada por incidentes de segurança decorrentes de ações ou omissões da CONTRATANTE, de seus agentes, servidores ou terceiros por ela autorizados, incluindo, mas não se limitando, ao uso indevido de credenciais de acesso, compartilhamento de senhas, falhas na gestão interna de usuários ou quaisquer práticas que contrariem as orientações de segurança fornecidas pela CONTRATADA.
- 6.18 Comunicar formalmente à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência que possa comprometer a execução dos serviços.
- 6.19 Corrigir eventuais falhas técnicas dentro dos prazos acordados em nível de serviço (SLA).
- 6.20 Manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório.
- 6.21 Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, a execução do objeto sem autorização formal da CONTRATANTE.
- 6.22 Garantir a confidencialidade e a proteção dos dados tratados, responsabilizando-se por qualquer incidente de segurança da informação.
- 6.23 Disponibilizar e manter aplicativo móvel integrado ao sistema contratado, compatível com os sistemas operacionais Android e iOS, assegurando a disponibilização das funcionalidades essenciais existentes na versão desktop, incluindo, mas não se limitando, à gestão eletrônica de documentos (GED), protocolo e tramitação de processos, indexação, armazenamento, rastreabilidade, controle patrimonial (tombamento de bens), controle de acesso, assinatura eletrônica e consulta de informações, garantindo acesso seguro, estabilidade, atualização contínua e observância aos níveis de permissão definidos pela CONTRATANTE.;
- 6.24 Ao término do contrato, a CONTRATADA deverá disponibilizar todos os dados e documentos em formato aberto e acessível.
- 6.25 Garantir suporte à migração ou transição para nova solução, se necessário.
- 6.26 Assegurar a exclusão segura dos dados armazenados em seus sistemas, quando aplicável.
- 6.27 Responder por danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de culpa ou dolo na execução contratual.
- 6.28 A empresa ficará responsável pela garantia de não vazamento sob pena de penalidades dos dados e informações.
- 6.29 Todos os gastos para realização dos serviços de total responsabilidade do CONTRATADO.

Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, se verificar condições que possam prejudicar a realização dos serviços ou a iminência de fatos que possam interferir na perfeita execução do contrato, bem como atraso ou paralisação da entrega, apresentando razões justificadoras, as quais serão objetos de análise que poderão ser ou não aceitas pela CONTRATANTE.

7 DA SUBCONTRATAÇÃO.

7.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório. Salvo, prévia autorização da contratante nos limites legais da 14.133/21.

8 DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA.

8.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9 DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO.

9.1 Nos termos do art. 117 Lei nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a realização dos serviços, com registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 Lei nº 14.133/2021.

9.3 O representante da Administração terá registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando informações importantes, como datas, nome dos funcionários eventualmente envolvidos em casos que mereçam averiguação, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9.4 O gestor de contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração.



9.5 O fiscal de contrato designado não deverá ter exercido a função de Pregoeiro na licitação que tenha antecedido o contrato, a fim de preservar a segregação de funções (TCU, acórdão 1375/2015 - Plenário e, TCU, acórdão 2146/2011, Segunda Câmara).

9.6 A designação, dos agentes públicos, deverá levar em conta potenciais conflitos de interesse, que possam ameaçar a qualidade da atividade a ser desenvolvida. (Acórdão TCU 3083/2010 - Plenário).

10 DO PAGAMENTO.

10.1 O pagamento será realizado no prazo de 30 dias, após a realização dos serviços, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, sempre após a realização do evento.

10.1.1 Os valores serão pagos correspondentes a cada item individual conforme proposta apresentada, somando assim o valor total da proposta.

10.2 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

10.3 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.4 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, sendo esta entrega de responsabilidade da empresa contratada.

10.5 Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

10.6 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.7 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

10.8 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação de habilitação.

10.8.1 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

10.9 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.9.1 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.10 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11 DO REAJUSTE.

11.1 Os preços contratados poderão sofrer reajuste, aplicando-se o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, caso esse índice seja extinto ou fato semelhante, cuja data-base está vinculada à data do orçamento estimado, nos termos do art. 25, §7º da Lei nº 14.133/2021.

11.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.3 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

11.4 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.5 O reajuste será realizado por apostilamento.

12 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

12.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133/2021, a Contratada que:

12.1.1 Der causa à inexecução parcial ou total do contrato;

12.1.2 Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

12.1.3 Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

12.1.4 Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

12.1.5 Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

12.1.6 Apresentar declaração ou documentação falsa;

12.1.7 Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;



- 12.1.8 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 12.1.9 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 12.1.10 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

12.2. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência por escrito, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- b) Multa, de 5% sobre o valor total do contrato entre as partes, caso a empresa seja reincidente, a multa passará a ser de 10%;
- c) Impedimento de licitar e contratar;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

12.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

12.5. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor deste órgão público, em conta designado ao final do devido procedimento administrativo, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

12.5.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de **30 dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5.2. Caso a Contratada não seja encontrada no endereço físico, ou eletrônico fornecido no sistema do PORTAL UTILIZADO, será promovido a comunicação pelo DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA PARAÍBA, por local incerto, e a mesma não poderá alegar de não conhecimento do feito.

12.6. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, este órgão público poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

12.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a natureza e a gravidade da conduta do infrator, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

12.8. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846/2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

12.9. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

12.10. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública *Federal* resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

12.11. As penalidades serão obrigatoriamente publicadas no DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA PARAÍBA.

13. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

13.1 O custo estimado da contratação é de **R\$ 46.959,96 (Quarenta e seis mil novecentos e cinquenta e nove reais e noventa e seis centavos)**.

14. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

14.1 Recursos Próprios do Câmara Municipal de São José de Piranhas, para o exercício no ano de 2026. Essas despesas fazem parte do Plano Plurianual de Despesas do município. O pagamento correrá por conta do orçamento vigente:

Recursos Próprios da Câmara Municipal de São José de Piranhas e outros – Orçamento 2026;

3.3.90.39.01 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA.

Havendo o devido apostilamento para o ano de 2027, período de vigência do presente contrato que será maior do este exercício financeiro

15. FONTE DO TERMO DE REFERÊNCIA.

15.1 Este Termo de Referência foi realizado conforme solicitação e artefatos da demanda inicial do processo, encaminhado pelos setores competentes.

SÃO JOSÉ DE PIRANHAS-PB, 25 de maio de 2026

MARIA DE FÁTIMA DOS SANTOS SILVA
Diretor Interno de Licitação



Poder Legislativo
CÂMARA MUNICIPAL

São José de Piranhas - PB

CASA FRANCISCO AURÉLIO CAVALCANTI

ANEXO II – PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)

DISPENSA Nº 004/2026

SESSÃO PÚBLICA: 28/05/2026, ÀS 14H00MIN.

LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE PIRANHAS - PB.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DIGITALIZAÇÃO, INDEXAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E TRATAMENTO DE DOCUMENTOS FÍSICOS, COM CONVERSÃO PARA FORMATO DIGITAL PESQUISÁVEL (OCR), BEM COMO IMPLANTAÇÃO, LICENCIAMENTO, MANUTENÇÃO E SUPORTE DE SISTEMA DE GESTÃO ELETRÔNICA DE DOCUMENTOS (GED) EM AMBIENTE DE NUVEM, CONTEMPLANDO FUNCIONALIDADES DE ARMAZENAMENTO, GERENCIAMENTO, CONTROLE DE ACESSO, PROTOCOLO E TRAMITAÇÃO ELETRÔNICA DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, ASSINATURA DIGITAL, SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO PATRIMONIAL, VISANDO À MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, ORGANIZAÇÃO, RASTREABILIDADE E PRESERVAÇÃO DO ACERVO DOCUMENTAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE PIRANHAS – PB, BEM COMO DISPONIBILIZAÇÃO DE APLICATIVO MÓVEL INTEGRADO, VISANDO AMPLIAR O ACESSO, A MOBILIDADE E A EFICIÊNCIA NA GESTÃO E CONSULTA DAS INFORMAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE PIRANHAS -PB.

IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE:

NOME DE FANTASIA:					
RAZÃO SOCIAL:					
CNPJ:					
ENDEREÇO:					
BAIRRO:			CIDADE:		
CEP:			E-MAIL:		
TELEFONE:					
BANCO DA LICITANTE:			CONTA BANCÁRIA DA LICITANTE:		Nº DA AGÊNCIA:
ITEM	DESCRIMINAÇÃO DOS ITENS	QUANT.	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1.					
TOTAL POR EXTENSO:					

A EMPRESA:

DECLARA QUE:

- 1 ESTÃO INCLUSAS NO VALOR COTADO TODAS AS DESPESAS COM MÃO DE OBRA E, BEM COMO, TODOS OS TRIBUTOS E ENCARGOS FISCAIS, SOCIAIS, TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIOS E COMERCIAIS E, AINDA, OS GASTOS COM TRANSPORTE E ACONDICIONAMENTO DOS PRODUTOS EM EMBALAGENS ADEQUADAS.
- 2 VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (SESSENTA) DIAS.
- 3 PRAZO DE INÍCIO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ACORDO COM O ESTABELECIDO NO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I) DO EDITAL DESSE PROCESSO.
- 4 QUE NÃO INCIDE NAS VEDAÇÕES PREVISTAS NA LEI Nº 14.133/2021.
- 5 QUE O PRAZO DE INÍCIO DA ENTREGA/SERVIÇO SERÁ DE ACORDO COM OS TERMOS ESTABELECIDOS NESTE EDITAL A CONTAR DO RECEBIMENTO, POR PARTE DA CONTRATADA, DA ORDEM DE SERVIÇO OU DOCUMENTO SIMILAR, POR QUALQUER MEIO IDONEO, OCORRENDO EM REGRA OS PEDIDOS POR E-MAIL, AO ENDEREÇO ELETRÔNICO INFORMADO PELA EMPRESA AO PORTAL UTILIZADO NA LICITAÇÃO. TODOS OS BENS SERÃO AVALIADOS, SOB PENA DE DEVOLUÇÃO DE NÃO ACEITE, CASO NÃO ATENDA A DESCRIMINAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA DO REFERIDO EDITAL OU DE MÁ QUALIDADE.

LOCAL E DATA

EMPRESA:
CNPJ:
ASSINATURA DO RESPONSÁVEL
CPF:

OBS. SERÃO DESCLASSIFICADAS AS PROPOSTAS QUE APRESENTAREM COTAÇÕES CONTENDO PREÇOS EXCESSIVOS, SIMBÓLICOS, DE VALOR ZERO OU INEXEQUÍVEIS, NA FORMA DA LEGISLAÇÃO EM VIGOR, OU AINDA, QUE OFEREÇAM PREÇOS OU VANTAGENS BASEADAS NAS OFERTAS DOS DEMAIS LICITANTES.



CONTRATO Nº/....

TERMO DE CONTRATO, QUE FAZEM ENTRE SI A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE PIRANHAS E A EMPRESA _____

A **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE PIRANHAS**, Estado da Paraíba, localizada a Rua Inácio de Lira, Centro, SÃO JOSÉ DE PIRANHAS – PB, inscrita no CNPJ sob o nº 02.334.899/0001-04, neste ato representado, o Presidente da Câmara Municipal de São José De Piranhas, O Sr. PEDRO BANDEIRA DA SILVA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 011.640.174-54, doravante denominada **CONTRATANTE**, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº , sediado(a) na , em doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) , portador(a) da Carteira de Identidade nº , expedida pela (o) , e CPF nº , tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, da Lei nº 123/2006 e resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa nº 004/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO.

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DIGITALIZAÇÃO, INDEXAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E TRATAMENTO DE DOCUMENTOS FÍSICOS, COM CONVERSÃO PARA FORMATO DIGITAL PESQUISÁVEL (OCR), BEM COMO IMPLANTAÇÃO, LICENCIAMENTO, MANUTENÇÃO E SUPORTE DE SISTEMA DE GESTÃO ELETRÔNICA DE DOCUMENTOS (GED) EM AMBIENTE DE NUVEM, CONTEMPLANDO FUNCIONALIDADES DE ARMAZENAMENTO, GERENCIAMENTO, CONTROLE DE ACESSO, PROTOCOLO E TRAMITAÇÃO ELETRÔNICA DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, ASSINATURA DIGITAL, SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO PATRIMONIAL, VISANDO À MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, ORGANIZAÇÃO, RASTREABILIDADE E PRESERVAÇÃO DO ACERVO DOCUMENTAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE PIRANHAS – PB, BEM COMO DISPONIBILIZAÇÃO DE APLICATIVO MÓVEL INTEGRADO, VISANDO AMPLIAR O ACESSO, A MOBILIDADE E A EFICIÊNCIA NA GESTÃO E CONSULTA DAS INFORMAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE PIRANHAS -PB, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.**

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital da Dispensa, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Discriminação do objeto:

ITEM	DESCRIMINAÇÃO DOS ITENS	QUANT.	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
TOTAL POR EXTENSO:					

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA.

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de ____/____/____ e encerramento em ____/____/____, prorrogável na forma do art. 107, e demais correlatos, da Lei nº 14.133/2021.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO.

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ (.....), com valor mensal estimado de R\$ (.....).

3.1.1. Os valores serão pagos correspondentes a cada item individual conforme proposta apresentada, somando assim o valor total da proposta.

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

4.1 Recursos Próprios do Câmara Municipal de São José de Piranhas, para o exercício no ano de 2026. Essas despesas fazem parte do Plano Plurianual de Despesas do município. O pagamento correrá por conta do orçamento vigente:

Recursos Próprios da Câmara Municipal de São José de Piranhas e outros – Orçamento 2026;

3.3.90.39.01 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA.

Havendo o devido apostilamento para o ano de 2027, período de vigência do presente contrato que será maior do este exercício financeiro



5. CLAUSULA QUINTA-DA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

- 5.1 O prazo para a realização dos serviços é imediato após a assinatura do contrato conforme solicitado pela CONTRATANTE, em conformidade com o este Termo de Referência.
- 5.2 4.2 A realização dos serviços deve serem executados juntos a esta CASA, de acordo com o pedido sempre que solicitado pela CONTRATANTE;
- 5.3 Podendo a CONTRATANTE solicitar a CONTRATADA a execução dos serviços sejam realizadas na sede desta CASA.
- 5.4 Realizar os serviços de acordo com termo de referência, arcando com qualquer custo advindo do transporte, equipamentos e quaisquer gastos relativo ao procedimento da realização dos serviços.
- 5.5 A empresa ficara responsável pela garantia de não vazamento sob pena de penalidades dos dados e informações
- 5.6 O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico, fiscal administrativo, fiscal setorial ou equipe de fiscalização, em consonância com as suas atribuições, contendo o registro, de ocorrências na execução do contrato, quando necessário, e demais documentos que julgarem necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 5.7 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.
- 5.8 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo estipulado de acordo com o caso concreto, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 5.9 A aceitação ao não dos serviços não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6 CLAUSULA SEXTA-OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

SÃO OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- 6.1 Efetuar o pagamento na forma convencionada no presente instrumento, dentro do prazo previsto, desde que atendidas às formalidades pactuadas;
- 6.2 Disponibilizar os documentos físicos a serem digitalizados, devidamente organizados ou conforme cronograma acordado.
- 6.3 Fornecer informações, regras e padrões necessários à indexação e organização documental.
- 6.4 Aprovar parâmetros, layouts e fluxos do sistema GED
- 6.5 Designar servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato;
- 6.6 Efetuar o pagamento na forma e prazo estabelecidos no contrato;
- 6.7 Comunicar formalmente quaisquer inconsistências identificadas;
- 6.8 Garantir acesso às informações necessárias para atualização do portal;
- 6.9 Colaborar com a CONTRATADA no envio tempestivo dos dados a serem publicados.
- 6.10 Notificar ao Contratado qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades contratuais e legais;
- 6.11 Acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar os serviços objeto deste Contrato através de servidor indicado para esse fim, notificando ao Contratado qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade dos serviços, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades contratuais e legais;
- 6.12 Aplicar à CONTRATADA as penalidades regulamentares e contratuais cabíveis;
- 6.13 A contratante poderá adquirir os itens separadamente e em épocas distintas, não sendo realizada aquisição imediata.
- 6.14 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente após a realização dos serviços, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos, observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021;
- 6.15 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

São obrigações da CONTRATADA:

Executar os serviços de acordo com o termo de referência;

- 6.16 Executar os serviços em estrita conformidade com as disposições constantes neste Termo de Referência e na proposta apresentada.
- 6.17 Disponibilizar o sistema de Gestão Eletrônica de Documentos (GED) em ambiente de nuvem, garantindo seu pleno funcionamento, bem como prestar serviços de suporte técnico e manutenção corretiva e evolutiva em dias úteis, durante o horário comercial.
- 6.18 Garantir a disponibilidade do sistema em regime contínuo (24 horas por dia, 7 dias por semana), ressalvadas eventuais paradas programadas previamente comunicadas à CONTRATANTE.
- 6.19 Arcar integralmente com todos os custos necessários à execução dos serviços, incluindo mão de obra, transporte, equipamentos, licenças, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e quaisquer outras despesas decorrentes da execução contratual.
- 6.20 Executar os serviços de digitalização, indexação, organização documental e implantação do sistema GED conforme cronograma definido pela CONTRATANTE.
- 6.21 Disponibilizar, sempre que necessário e mediante solicitação da CONTRATANTE, equipe técnica para execução de atividades presenciais na sede da Câmara Municipal.
- 6.22 Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato.



- 6.23 Realizar a digitalização dos documentos com garantia de qualidade, legibilidade, integridade e fidelidade ao original, incluindo aplicação de tecnologia OCR para geração de arquivos pesquisáveis.
- 6.24 Executar a indexação dos documentos digitalizados conforme critérios definidos pela CONTRATANTE, assegurando eficiência na busca, recuperação e gerenciamento das informações.
- 6.25 Proceder à organização e catalogação do acervo físico, garantindo sua adequada identificação e correlação com os documentos digitais.
- 6.26 Implantar, configurar e disponibilizar o sistema GED, incluindo treinamento dos usuários indicados pela CONTRATANTE.
- 6.27 Disponibilizar sistema com funcionalidades de protocolo e tramitação eletrônica de processos, assegurando controle, rastreabilidade e acompanhamento das movimentações internas.
- 6.28 Disponibilizar módulo de gestão patrimonial para registro, tombamento, catalogação e controle de bens da Câmara Municipal.
- 6.29 Manter suporte técnico contínuo, com atendimento em prazos compatíveis com a criticidade da demanda.
- 6.30 Realizar atualizações do sistema sempre que necessárias, especialmente em decorrência de alterações legais, normativas ou tecnológicas.
- 6.31 Garantir a realização de backup periódico dos dados, bem como a integridade, disponibilidade e recuperação das informações armazenadas.
- 6.32 Assegurar a segurança da informação no âmbito da solução fornecida, incluindo mecanismos de controle de acesso, rastreabilidade, proteção contra perda, alteração indevida e vazamento de dados, no limite das responsabilidades técnicas da CONTRATADA. Parágrafo único. A CONTRATADA não será responsabilizada por incidentes de segurança decorrentes de ações ou omissões da CONTRATANTE, de seus agentes, servidores ou terceiros por ela autorizados, incluindo, mas não se limitando, ao uso indevido de credenciais de acesso, compartilhamento de senhas, falhas na gestão interna de usuários ou quaisquer práticas que contrariem as orientações de segurança fornecidas pela CONTRATADA.
- 6.33 Comunicar formalmente à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência que possa comprometer a execução dos serviços.
- 6.34 Corrigir eventuais falhas técnicas dentro dos prazos acordados em nível de serviço (SLA).
- 6.35 Manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório.
- 6.36 Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, a execução do objeto sem autorização formal da CONTRATANTE.
- 6.37 Garantir a confidencialidade e a proteção dos dados tratados, responsabilizando-se por qualquer incidente de segurança da informação.
- 6.38 Disponibilizar e manter aplicativo móvel integrado ao sistema contratado, compatível com os sistemas operacionais Android e iOS, assegurando a disponibilização das funcionalidades essenciais existentes na versão desktop, incluindo, mas não se limitando, à gestão eletrônica de documentos (GED), protocolo e tramitação de processos, indexação, armazenamento, rastreabilidade, controle patrimonial (tombamento de bens), controle de acesso, assinatura eletrônica e consulta de informações, garantindo acesso seguro, estabilidade, atualização contínua e observância aos níveis de permissão definidos pela CONTRATANTE.;
- 6.39 Ao término do contrato, a CONTRATADA deverá disponibilizar todos os dados e documentos em formato aberto e acessível.
- 6.40 Garantir suporte à migração ou transição para nova solução, se necessário.
- 6.41 Assegurar a exclusão segura dos dados armazenados em seus sistemas, quando aplicável.
- 6.42 Responder por danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de culpa ou dolo na execução contratual.
- 6.43 A empresa ficará responsável pela garantia de não vazamento sob pena de penalidades dos dados e informações.
- 6.44 Todos os gastos para realização dos serviços de total responsabilidade do CONTRATADO.

Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, se verificar condições que possam prejudicar a realização dos serviços ou a iminência de fatos que possam interferir na perfeita execução do contrato, bem como atraso ou paralisação da entrega, apresentando razões justificadoras, as quais serão objetos de análise que poderão ser ou não aceitas pela CONTRATANTE.

7 CLÁUSULA SETIMA – PAGAMENTO.

- 7.1 O pagamento será realizado no prazo de 30 dias, após a realização dos serviços, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, sempre após a realização do evento.
 - 7.1.1 Os valores serão pagos correspondentes a cada item individual conforme proposta apresentada, somando assim o valor total da proposta.
- 7.2 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
- 7.3 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.4 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, sendo esta entrega de responsabilidade da empresa contratada.
- 7.5 Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 7.6 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.



- 7.7 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 7.8 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação de habilitação.
- 7.8.1 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 7.9 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 7.9.1 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 7.10 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

7 CLÁUSULA OITAVA – REAJUSTE.

- 8.1 As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8 CLÁUSULA NOVA – REPACTUAÇÃO E REEQUILÍBRIO

- 8.1 O prazo para resposta ao pedido do Contratado de repactuação de preços será de 30 dias úteis.
- 8.2 O prazo para resposta ao pedido do Contratado de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de preços será de 30 dias úteis.

9 CLÁUSULA DECIMA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO.

- 9.1 As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

10 CLÁUSULA PRIMEIRA – FISCALIZAÇÃO.

- 10.1 A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência, anexo do Edital.

11 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

- 11.1 As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

12 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – EXTINÇÃO.

- 12.1 O PRESENTE TERMO DE CONTRATO PODERÁ SER EXTINTO:
- 12.2 Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas no inciso I do art. 138 da Lei nº 14.133/2021, e com as consequências indicadas no art. 139 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;
- 12.3 Amigavelmente, nos termos do art. 138, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.
- 12.4 A extinção contratual deverá ser formalmente motivada nos autos de processo administrativo assegurado à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa, verificada a ocorrência de um dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021.
- 12.5 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 115 da Lei nº 14.133/2021.
- 12.6 O TERMO DE RESCISÃO SERÁ PRECEDIDO DE RELATÓRIO INDICATIVO DOS SEGUINTE ASPECTOS, CONFORME O CASO:
- 12.7 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 12.8 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 12.9 Indenizações e multas.

13 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – VEDAÇÕES.

- 13.1 É VEDADO À CONTRATADA:
- 13.1.1 Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
- 13.1.2 Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

14 CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES.

- 14.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124, e demais correlatos, da Lei nº 14.133/2021.
- 14.2 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 14.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



15 CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS.

15.1 Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as normas e princípios gerais dos contratos.

16 CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA – PUBLICAÇÃO.

16.1 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial, de acordo com o previsto na Lei nº 14.133/2021.

17 CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO.

17.1 É eleito o Foro da Comarca a que pertence o município de SÃO JOSÉ DE PIRANHAS-PB, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/2021.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato em 1 (uma) via, eletronicamente ou presencial, a qual, depois de lida, assinada eletronicamente, por meio de login e senha, pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA; podendo ser também assinado em 2 (duas) vias, presencialmente, por meio físico, na sala da CPL desta CASA.

SÃO JOSE DE PIRANHAS-PB....., DE DE 20***.

PEDRO BANDEIRA DA SILVA
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE PIRANHAS
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATADA